



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

INTERLIGAÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS NACIONAIS

DISCURSO PROFERIDO NA ILHA SOLTEIRA, SÃO PAULO, A 29 DE JUNHO DE 1967, POR OCASIÃO DA SOLENIDADE DE ASSINATURA DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO, PELO BANCO INTER-AMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID), PARA A CONSTRUÇÃO DA PRINCIPAL USINA DO CONJUNTO DE URUBUPUNGÁ.

O ato a que tenho a honra de presidir neste momento e daqueles que reclamam a presença do Chefe-de-Estado, de tal modo ele exprime, pelas sugestões de sua importância intrínseca, a satisfação do homem que tem a responsabilidade do Governo e as aspirações dos governados. Presente, comigo, a esta solenidade, encontra-se toda a Nação brasileira, que anseia pela justa distribuição dos benefícios do progresso material, à medida que demonstra — como o fez na grave opção que significou o seu apoio à nossa Revolução de 1964 — o insopitável desejo de preservar os valores espirituais e morais que lastreiam os regimes verdadeiramente democráticos.

Não incorro, com isto, no pecado do entusiasmo fácil, de que são presas freqüentes os espíritos a que Deus negou a faculdade de conhecer a exata medida das coisas. Estou atento à circunstância de estarmos firmando aqui um simples contrato de financiamento. Mas este não é um contrato como outro qualquer. Além do formalismo de suas cláusulas e das relações de compromisso jurídico por elas criadas entre duas partes, distingo e acentuo nele a força de uma idéia generosa que conduz à integração dos povos subdesenvolvidos do Continente Sul-Americano no espírito de vanguarda que preside ao processo de evolução do mundo democrático para um estágio próximo da nossa História, no qual a maioria dos cidadãos possa bendizer os sacrifícios feitos para salvar e impor os postulados da democracia.

Já parafraseei o apóstolo São Paulo, com a afirmação de que a democracia não pode vicejar na pobreza, como a virtude não floresce na miséria. Sempre entendi como a melhor linha de ação, para lutar contra os que pregam as excelências dos regimes totalitários, a luta sem trégua para abolir os fatores de desânimo nacional, dos quais se alimentam os profetas do caos e do desespero. Sei que a muitos já

ocorreu a mesma idéia, embora muito poucos perseverem nela e a transformem, sinceramente, numa bandeira. O velhíssimo Aristóteles, já advertia, na obra com que fundou a ciência política, que para o legislador e para todos aqueles que quisessem estruturar um governo democrático a tarefa mais trabalhosa não seria estabelecê-lo. Tratar-se-ia principalmente de prover à sua conservação. Não seria difícil a uma forma de governo, qualquer que fosse, ceder o melhor de suas características à ação aluidora do tempo, tornando-se, pois imprescindível que se combinassem todos os meios próprios a garantir-lhe a estabilidade.

Nos tempos modernos, todos os que amamos de fato a democracia, teremos que buscar esses meios entre aqueles que promovem o progresso, a riqueza nacional, a saúde e o bem-estar geral dos cidadãos se quisermos que as vantagens espirituais do sistema democrático não se concentrem apenas em alguns países, mas se distribuam igualmente numa ampla e poderosa comunidade de nações soberanas.

O contrato de financiamento que ora firmamos, dadas as circunstâncias excepcionais em que foi elaborado e trazido até nós — pela primeira vez em toda a história do BID — tem para mim a expressão de um sinal de que a consciência de nossas responsabilidades comuns, tão bem evidenciada na última Conferência de Punta Del Este, começa a dar frutos em nosso Continente. É altamente expressiva, para o dimensionamento desta solenidade, a presença do Senhor Felipe Herrera, Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, como a dos Senhores embaixadores de países amigos, dois dos quais assinam aqui o sentido extracontinental de nossos esforços e de nossa visão do mundo democrático.

Senhores,

A ênfase que empresto a este ato simples, anunciador da construção da grandiosa usina hidrelétrica de Ilha Solteira, decorre da importância prioritária que dou, desde o primeiro dia do meu governo, ao setor da energia. Conquanto esteja ele em período de franco desenvolvimento, tenho presente que em 1964, quando se inaugurou o primeiro Governo da Revolução, não havíamos atingido o nível dos 5 milhões de kilowatts de capacidade instalada. Tínhamos carência generalizada no sistema de transmissão, supridor de uma distribuição precária e deficiente. Graças a uma política realista e enérgica nesse setor, verifiquei, ao chegar em março à Presidência, que marchávamos para um objetivo de 8 milhões de kilowatts.

Sem embargo dos progressos alcançados, nossos índices de consumo *per capita* permanecem modestos para um país das imensas possibilidades de desenvolvimento que apresenta o Brasil. Já nos lançamos, entretanto, com entusiasmo a um programa que deverá levar-nos, nos próximos quatro anos a atingir a meta dos 12 milhões de kilowatts, dispondo-se de poderosas redes de transmissão e distribuição.

Os recursos indispensáveis à consecução desse objetivo são necessariamente vultosos. Somando-se todas as parcelas de origem federal aos recursos estaduais, aos investimentos de empresas e financiamentos externos, será dispendida em meu Governo, na aplicação do sistema de energia elétrica, importância superior a 7 bilhões de cruzeiros novos. Desse total, a metade, aproximadamente, será destinada à ampliação da capacidade geradora, convertendo-se a outra metade em investimentos para a transmissão e a distribuição.

Cabe ressaltar que cerca de 20 ou 25 por cento do total de tais recursos deverão provir de financiamentos de agências internacionais e de créditos colocados à disposição do Brasil por estabelecimentos de países amigos. Assinalo, com satisfação especial, o vulto da contribuição do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da Agência para o Desenvolvimento Econômico, dos Estados Unidos.

Julgo de meu dever destacar, em relação ao significado desta solenidade, o decidido apoio que sempre mereceram grandes empreendimentos em nosso País, por parte do Banco Interamericano. Essa entidade, na qual se fazem representar as nações do Novo Mundo, já concedeu ao Brasil financiamentos que totalizam 454 milhões de dólares, aplicados em 53 diferentes projetos. Mais de 125 milhões foram destinados ao setor da energia elétrica.

Ocupamos, assim, o primeiro lugar entre os mutuários do BID, sem contar vários projetos que se encontram em fase de apreciação, alguns deles praticamente concluídos. Esta é apenas uma das razões que levarão o meu governo, através do Ministério das Minas e Energia e das entidades que o compõem, a continuar prestigiando de forma especial as organizações e os empreendimentos de caráter internacional, voltados para os assuntos pertinentes à energia elétrica na América Latina. Estaremos presentes, com o melhor do nosso empenho, na Comissão de Integração Elétrica Regional, nos Seminários Latino-Americanos de Energia Elétrica e nas reuniões de altos executivos de empresas elétricas, particularmente naquelas que se realizarão ainda este ano em Assunção, no Paraguai, e na capital do Peru.

Mantendo em linha de prioridade a interligação dos diversos sistemas elétricos nacionais, continuaremos também empenhados em estimular o intercâmbio de eletricidade com os países vizinhos, notadamente o Uruguai, o Paraguai e a Argentina, e em participar dos projetos de aproveitamento integrado de bacias multinacionais, com o desejo mais sincero de colaborar para o desenvolvimento econômico da área em que vivemos. Nesse esforço, haveremos de encontrar ao nosso lado o Banco Interamericano de Desenvolvimento e seu ilustre Presidente. Continuaremos a atribuir ao aproveitamento dos recursos hidrelétricos posição de destaque no programa de desenvolvimento das fontes de energia, sem descuidar da utilização de combustíveis fósseis, de que o Brasil tem reservas.

Por outro lado, o considerável progresso tecnológico, observado nestes últimos anos, na utilização da energia nuclear para a produção de eletricidade, impele o Brasil, obrigatoriamente, a se utilizar e manter-se preparado para a aplicação de novos e prodigiosos recursos postos ao alcance do homem. Adianto aqui que já determinei ao Ministro das Minas e Energia que, em estreita colaboração com a Comissão Nacional de Energia Nuclear, elabore um programa de produção comercial de eletricidade, com base na energia do átomo, incluindo uma recomendação específica em relação à oportunidade, dimensão e local da instalação da primeira usina geradora núcleo-elétrica.

A política nacional de energia nuclear estabelecida pelo meu governo, e ora em fase de elaboração formal, considera que a utilização pacífica da energia atômica será fator preponderante do desenvolvimento nacional, interessando à nossa segurança interna e também à perspectiva de progresso de toda a América Latina. Foi já em estrita obediência às linhas gerais dessa política que o Ministério das Relações Exteriores definiu a posição do nosso País na Conferência do México e na atual Conferência do Desarmamento, em Genebra. O Governo Brasileiro se reservará o direito de total exclusividade, quanto à instalação e à operação de reatores nucleares, bem como às operações de pesquisa, lavra, industrialização e comercialização de minerais e minérios nucleares, materiais férteis, materiais físséis e materiais físséis especiais. Criará condições para a formação, no País e no Exterior, do pessoal técnico-científico, especializado no campo da energia nuclear, de níveis médio e superior, na quantidade e nos prazos necessários à pesquisa científica que será intensificada no território nacional.

A determinação de levar o Brasil a integrar-se na era atômica implica ainda uma vontade de cooperação com as nações amigas e não importa, evidentemente, descuido no esforço pela conquista das fontes convencionais de energia. Esta cerimônia é prova da afirmação. O financiamento que ora se concretiza, o maior — ao que estou informado — até hoje concedido pelo BID, vai somar-se à contribuição das Centrais Elétricas Brasileiras e a outros financiamentos externos, permitindo que esta monumental usina da Ilha Solteira, dentro de poucos anos, e em conjunto com sua irmã de Jupiá, leve o progresso a todos, num raio de mais de 600 quilômetros. Estará consideravelmente reforçado o sistema da região, alargando-se a perspectiva de desenvolvimento de todos os setores da atividade humana, na cidade e no campo.

Meu governo rejubila-se com este evento, marcante na história da indústria da energia elétrica em todo o Mundo. Pessoalmente, congratulo-me com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e reafirmo a minha confiança no Governo deste grandioso Estado de São Paulo, responsável por uma iniciativa à altura de sua posição de relevo no quadro da Federação.

O esforço comum de governos, empresas privadas e entidades financiadoras internacionais encontra aqui o seu coroamento, significando para mim a expectativa de melhores dias para o homem brasileiro, meta principal de meu governo.

LIGEIRAS DECLARAÇÕES À IMPRENSA

Antes de proferir o discurso da Ilha Solteira, acima reproduzido, o Marechal Costa e Silva teve uma rápida reunião com os Senhores Felipe Herrera, Presidente do BID, e Roberto de Abreu Sodré, Senhor Governador do Estado de São Paulo. E, nessa oportunidade, atendendo a solicitações, fez as seguintes declarações aos jornalistas e representantes das emissoras nacionais ali presentes:

O Governo Federal está feliz por assistir a esta solenidade e poder expressar, neste evento, sua grande esperança e seu grande otimismo em relação aos destinos deste País. Congratulo-me com os Estados aqui representados e com seus governadores, especialmente os de Mato Grosso e São Paulo, que serão mais diretamente beneficiados. Minha presença aqui, serve para demonstrar a alta significação do empreendimento, a sua importância para o desenvolvimento de vários Estados brasileiros. É, sem dúvida, mais um impulso que ganha o Brasil no rumo do seu desenvolvimento. O Presidente da República não poderia deixar, com sua presença, de exaltar a importância real deste evento. São Paulo é o acionista deste grande empreendimento, assim como o BID também o é, e este acontecimento é mais importante, quando podemos afirmar que ele é plenamente justificado pela nova política econômica do nosso País, que coincide com a própria idéia do desenvolvimento.